
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE PORTUGAL QREN 2007-2013

(31 de dezembro de 2012)



QREN

2007-2013

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Fatores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Fatores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, aprovada pela Comissão Europeia, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

I. O QREN NA REGIÃO CENTRO

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é o sistema de financiamento da política regional europeia, para o período de programação de 2007 a 2013, em Portugal. O diagnóstico da situação económica e social do país esteve na origem da definição das prioridades estratégicas do QREN para Portugal e ajudaria a ultrapassar a maior fragilidade nacional e regional: a falta de competitividade e coesão territorial. Estas prioridades foram definidas como desafios para o país e para as regiões, nomeadamente apostando em promover a qualificação dos recursos humanos e o crescimento sustentado, em garantir a coesão social, em assegurar a qualificação do território e das cidades e em aumentar ainda a eficiência da governação. O QREN, enquanto importante instrumento de política pública, está direcionado, em primeiro lugar, para o aumento da coesão e da competitividade da economia portuguesa através de dois vetores fundamentais: a melhoria do capital humano e o investimento em inovação, investigação e desenvolvimento (em particular investimento privado).

Na região Centro, até ao final de 2012, foram aprovados cerca de 15 mil projetos, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que perspetivam alavancar um investimento total de 9,2 mil milhões de euros (Quadro 1¹).

Estes projetos aprovados para a região representam uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 5,4 mil milhões de euros. Os fundos comunitários têm associado um efeito multiplicador uma vez que impulsionam um valor superior de investimento. É este efeito positivo que contribui para um maior crescimento e potencia o desenvolvimento e o aumento da competitividade regional. Até à data, face aos valores totais aprovados de fundos comunitários do QREN, o efeito multiplicador na região era de 1,7, ou seja, por cada euro de fundos comunitários aprovados era gerado na região cerca do dobro desse valor em investimento. O valor deste coeficiente multiplicador tem agora o valor mais baixo desde o início do QREN, o que se deve ao aumento das taxas de cofinanciamento, de acordo com os memorandos de entendimento de 2010 e 2011 e com a reprogramação financeira dos programas operacionais.

Nesta data, a região apresentava uma taxa de realização média já de 60,7% relativa aos fundos comunitários aprovados no QREN, sendo que no caso do PO PH era a mais elevada e atingia 71,3%.

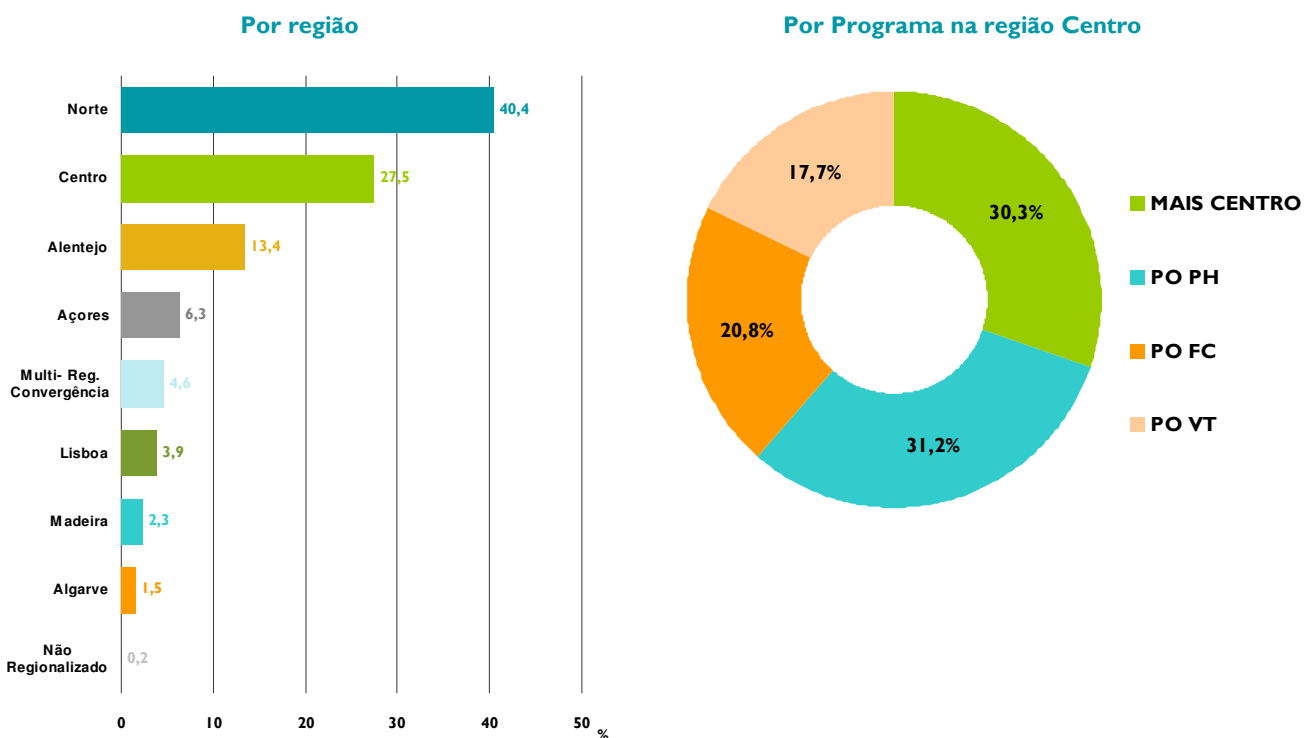
¹ Os quadros são disponibilizados nos Anexos.

Projetos da região Centro absorvem 27,5% do total de fundos comunitários aprovados no QREN

A absorção de fundos comunitários do QREN pelas regiões portuguesas, destacava a região Centro como a segunda maior beneficiária, concentrando 27,5% do total de fundos aprovados no país (Quadro I e Figura I). No que respeita aos fundos aprovados no país por programa operacional temático, a posição regional era mais forte no caso do PO FC em que o peso da região no total de aprovações nacionais ascendia a 36,4%.

Relativamente às aprovações na região Centro, à semelhança do que vem ocorrendo praticamente desde o início do QREN, mantinha-se o predomínio dos fundos comunitários aprovados pelo PO PH (31,2%) e pelo Mais Centro (30,3%). Assim, cerca de 61,5% do valor total de fundos comunitários aprovados na região respeitam a estes dois programas do QREN. Em termos das candidaturas aprovadas, também se verificava a importância relativa do PO PH e do Mais Centro, que concentravam, em conjunto, mais de 85% das aprovações de candidaturas de promotores na região (63,1% no caso do PO PH e 22,1% no do Mais Centro).

Figura I. Distribuição dos fundos comunitários aprovados no QREN



(31 de dezembro de 2012)

Região Centro é a segunda maior beneficiária do país em todos os programas operacionais temáticos

Para além do FEDER disponibilizado aos agentes regionais através do programa regional – Mais Centro, estão ainda disponíveis fundos comunitários (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) através dos Programas Operacionais Temáticos.

No âmbito do Programa Operacional temático Fatores de Competitividade, no final de 2012, encontravam-se aprovados mais de mil milhões de euros de FEDER, ou seja, 36,4% do total aprovado no país (Quadro 2). Cerca de 53% do valor das aprovações está já realizado e validado como despesa, o que pode ser considerado um bom nível de execução numa conjuntura em que as empresas (maioria dos beneficiários deste instrumento de política do QREN) têm dificuldades de acesso ao crédito para financiamento da parte do investimento que não é comparticipada. Os projetos de Inovação são os que, na região, apresentam maior valor de aprovações, maior realização e em que a região regista, simultaneamente, maior peso no todo nacional. O FEDER envolvido nos projetos aprovados na região ao abrigo deste regulamento é de 656 milhões de euros (dos quais 386 milhões de euros estão já executados), representando assim 58% do total de aprovações no PO FC na região Centro. São ainda de destacar os valores aprovados em projetos de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

O Programa Operacional Valorização do Território aprovou na região Centro, ao final de dezembro de 2012, projetos com um cofinanciamento de fundos comunitários de 964 milhões de euros. Mais de metade deste valor de aprovações respeitava a projetos no âmbito da Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento e da Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário (Quadro 3). Face ao total aprovado no país, a região destacava-se nos fundos que absorvia em projetos de Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental, Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos, Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano e Infraestruturas e Equipamentos Desportivos (98,5%, 56,8%, 55,9% e 54,2%, respetivamente, do total aprovado no país). Em termos de realização do que se encontra aprovado, destacam-se os projetos de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos, Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário e Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”.

No caso do Programa Operacional Potencial Humano, os projetos aprovados são cofinanciados com FSE. A 31 de dezembro de 2012, estavam aprovados cerca de 1,7 mil milhões de euros na região Centro. Este valor de aprovações representa 29,2% do total aprovado no país (Quadro 4). Os maiores valores de aprovações destinaram-se a Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos e a Formações Modulares Certificadas que, no seu conjunto, concentravam cerca de metade do total de FSE aprovado, na região, nesta data. Este elevado investimento nestas áreas reforçarão a qualificação da população adulta ativa, o que é essencial para a aquisição das competências necessárias à renovação do perfil de especialização produtiva, ganhando maior adaptabilidade a novas funções. Grande parte dos regulamentos do PO PH apresenta uma taxa de realização bastante elevada, sendo de destacar os projetos aprovados no âmbito dos apoios ao emprego, do reequipamento dos estabelecimentos de ensino e da qualificação dos profissionais do setor da educação que se encontram totalmente realizados.

Apesar da capacidade da região em absorver fundos comunitários nacionais ser distinta entre os vários programas operacionais, em todos eles a região Centro era a segunda maior beneficiária.

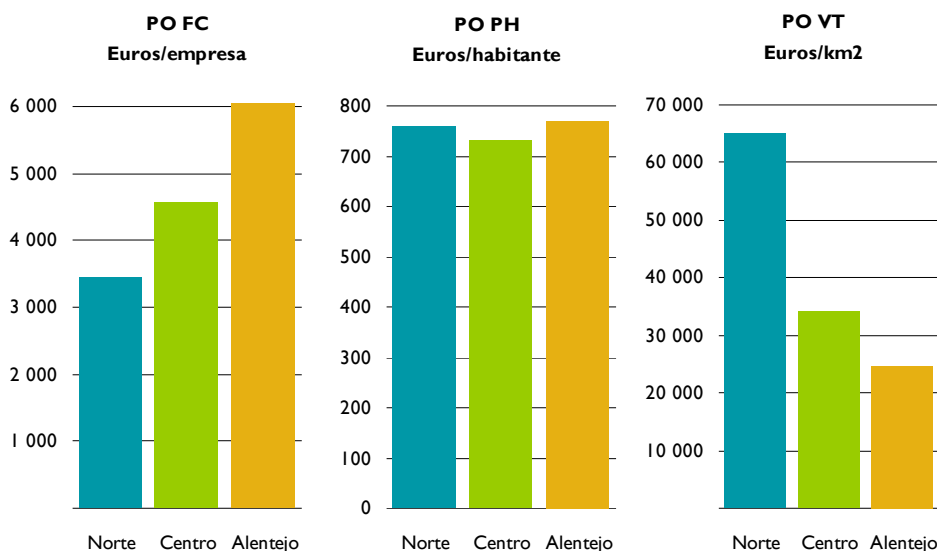
Região Centro com desempenho favorável na intensidade de apoio do PO FC

As intensidades de apoio do QREN podem ser medidas através da relativização dos valores dos fundos comunitários aprovados por diferentes variáveis: no PO PH pela população residente na região, no PO FC pelo número de empresas com sede na região e no PO VT pela área territorial que ocupa a região.

No final de 2012, as disparidades das regiões de convergência, medidas pelas intensidades de apoios do QREN, eram significativas nos casos do PO FC e do PO VT. No PO PH as intensidades de apoio regional não registavam diferenças significativas, variando entre 730 euros por habitante na região Centro e 769 euros por habitante no Alentejo (Figura 2).

No PO VT e no PO FC (tendo em conta área territorial e o número de empresas, respetivamente), a região Centro evidenciava uma boa intensidade de apoio. No caso do PO FC, o Alentejo evidencia uma intensidade de apoio superior à do Centro, justificada por ter aprovado alguns projetos de inovação produtiva que envolviam um elevado investimento e por ser uma região com reduzida densidade empresarial (número de empresas por km²). Já no PO VT, o valor mais elevado da relativização entre os fundos aprovados e a área territorial registava-se na região do Norte (o que se deve aos grande projetos de infraestruturas de conectividade como é o caso do Metro do Porto e da Autoestrada Transmontana).

Figura 2. Indicadores relativizados da distribuição de fundos comunitários aprovados nas regiões convergência do Continente



(31 de dezembro de 2012)

Região Centro mantém a sua posição nos Sistemas de Incentivos

A Agenda da Competitividade continua a ser um ponto forte do desempenho da região Centro no QREN dado o seu posicionamento relativamente às restantes regiões do Continente, nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos.

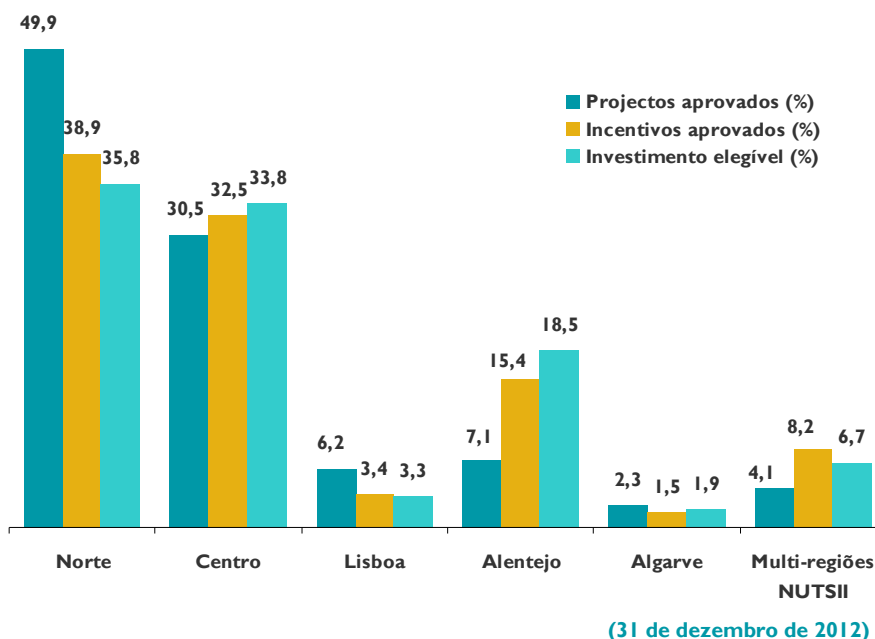
Até ao final do ano de 2012, aprovaram-se na região Centro 2.322 projetos de empresas, os quais representavam 30,5% do total de projetos de empresas aprovados no Continente nos Sistemas de Incentivos (Figura 3). Estas aprovações de projetos empresariais na região,

comparticipados pelo Mais Centro e pelo PO FC, traduziam-se num investimento elegível de 2,5 mil milhões de euros e um incentivo de 1,1 mil milhões de euros.

Praticamente desde o início do QREN que a região Centro se mantém como uma das regiões do Continente com maior valor de incentivos e de investimento elegível aprovados, nesta Agenda.

À semelhança do que se tem observado nos momentos anteriores, o peso dos incentivos aprovados às empresas na região (33,8%) mantinha-se superior ao peso do número de projetos aprovados (32,5%), o que não acontecia em todas as outras regiões e que indicava uma elevada dimensão média, em termos do montante de incentivo envolvido, dos projetos empresariais regionais.

Figura 3. Incentivos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



Os pagamentos aos beneficiários dos sistemas de incentivos eram já de 595,5 milhões de euros, o que significava uma taxa de realização de 66%. Deste valor de pagamentos a promotores da região, mais de 165 milhões de euros respeitavam a projetos financiados pelos sistemas de incentivos do programa operacional regional. Este volume de recursos financeiros do programa regional permitiu já apoiar na região, até à data, 990 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento e 142 novas empresas *start-up* (76 destas de setores intensivos em conhecimento e de média-alta e alta tecnologia).

Os sistemas de incentivos do QREN, apesar de não serem o único, têm sido um importante instrumento de financiamento para a execução de investimentos empresariais na região, nomeadamente daqueles que se encontram alinhados com os objetivos estratégicos deste quadro (como por exemplo, investimentos empresarias de inovação, de internacionalização, dotadores de qualificação e diferenciação).

Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral apresentavam os maiores valores de incentivos aprovados às empresas

Ao nível sub-regional, os maiores valores de incentivo aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade registavam-se no Baixo Vouga, no Baixo Mondego e no Pinhal Litoral (280, 187 e 151 milhões de euros, respetivamente). No entanto, com valores ainda elevados de incentivo aprovado encontravam-se o Oeste e Dão-Lafões. Estas cinco sub-regiões, ou seja, quase metade das sub-regiões da Região Centro, concentravam 78,5% do total de incentivos aprovados na região Centro. A este valor não era, contudo, indiferente o facto de, segundo dados do INE, cerca de 73% das empresas sediadas na região Centro estarem localizadas nestas cinco NUTS III (Figura 4). Analisando os pagamentos efetuados aos beneficiários verifica-se que as empresas destas sub-regiões evidenciam bons níveis de realização.

Figura 4. Incentivo às empresas aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade

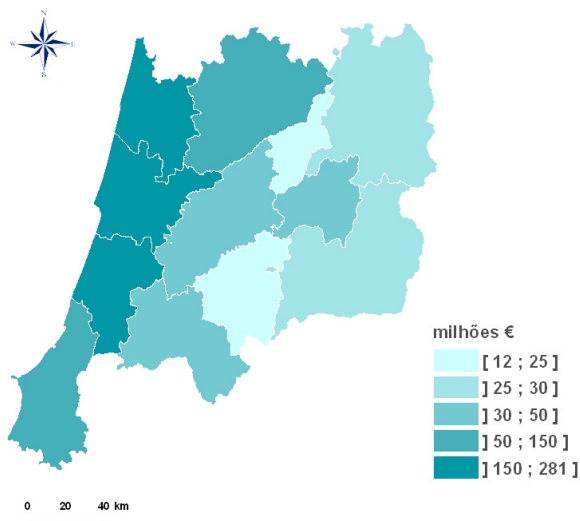
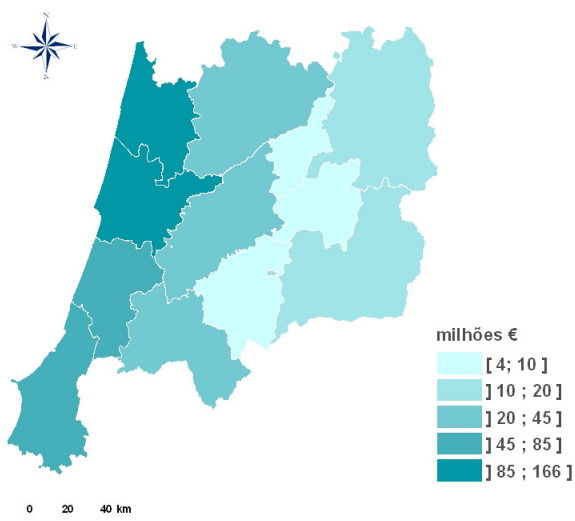


Figura 5. Pagamentos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



(31 de dezembro de 2012)

2. O MAIS CENTRO

2.1 Indicadores Gerais

Mais Centro aprova 1,6 mil milhões de euros de FEDER para investimentos na região

No Mais Centro, até ao final de 2012, contabilizavam-se mais de três mil candidaturas aprovadas (mais 370 do que em junho). Estas aprovações envolviam um investimento total na região de 2.545 milhões de euros com uma comparticipação de fundo FEDER no valor de 1.646 milhões de euros (Quadro 5). O FEDER aprovado nesta data representava um aumento de 201 milhões de euros face a junho.

Ao longo deste ano, desenvolveu-se um intenso trabalho de reavaliação dos investimentos aprovados, dando lugar a descativações de operações (de acordo com o estabelecido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/2012). Durante uma parte do ano, as novas

aprovações estiveram mesmo suspensas nos PO regionais do Continente (conforme deliberação da CMC do QREN de 8 de maio de 2012).

Taxa de execução do Mais Centro é a mais elevada entre os PO regionais: 56,4%

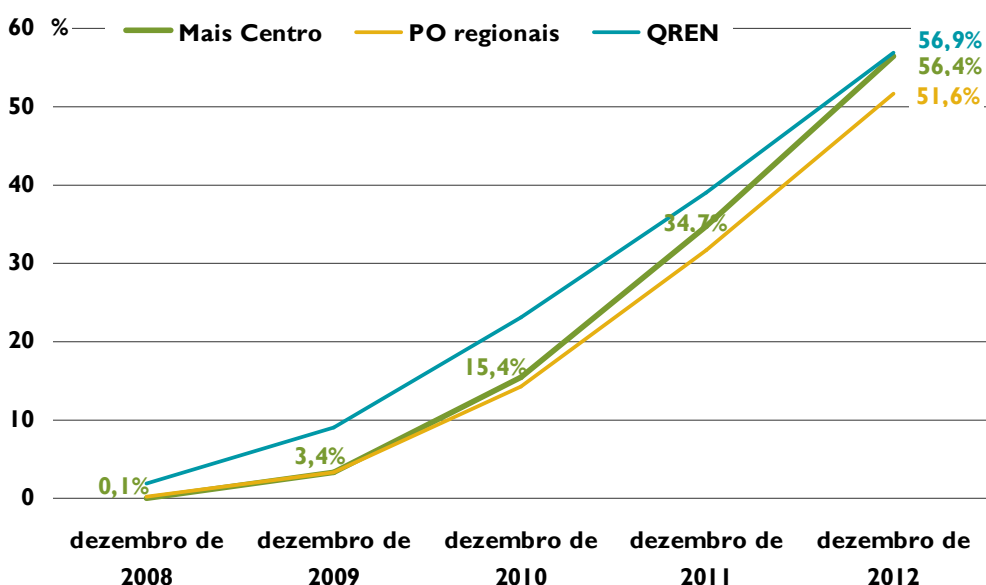
Do valor total de fundo comunitário FEDER programado para o Mais Centro para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas, (1.696,6 milhões de euros), encontrava-se comprometido 97% desse valor (taxa de compromisso) no final de 2012. Durante o primeiro semestre de 2012, de acordo com o estabelecido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/2012, esteve em curso um processo de descativação de algumas operações aprovadas anteriormente. Simultaneamente, conforme deliberação da CMC do QREN de 8 de maio de 2012, estiveram suspensas novas aprovações nos PO regionais do Continente. Estes processos implicaram nessa fase uma diminuição dos compromissos por parte do Mais Centro. No segundo semestre do ano, os níveis de compromisso voltaram a aumentar.

O valor de despesa apresentada pelos promotores dos investimentos como realizada e que se encontrava devidamente validada pelo Mais Centro atingia o valor de 1.221,3 milhões de euros de investimento elegível para cofinanciamento, tendo aumentado 236 milhões de euros relativamente a junho (Quadro 6).

Quanto à despesa validada traduzida em fundo comunitário FEDER a pagar aos beneficiários, oficialmente considerada para efeitos de execução, esta era, nesta data, de 957,4 milhões de euros. No âmbito do Mais Centro, a despesa validada de fundo comunitário representava assim 56,4% do total de fundo FEDER programado (total de dotação do PO).

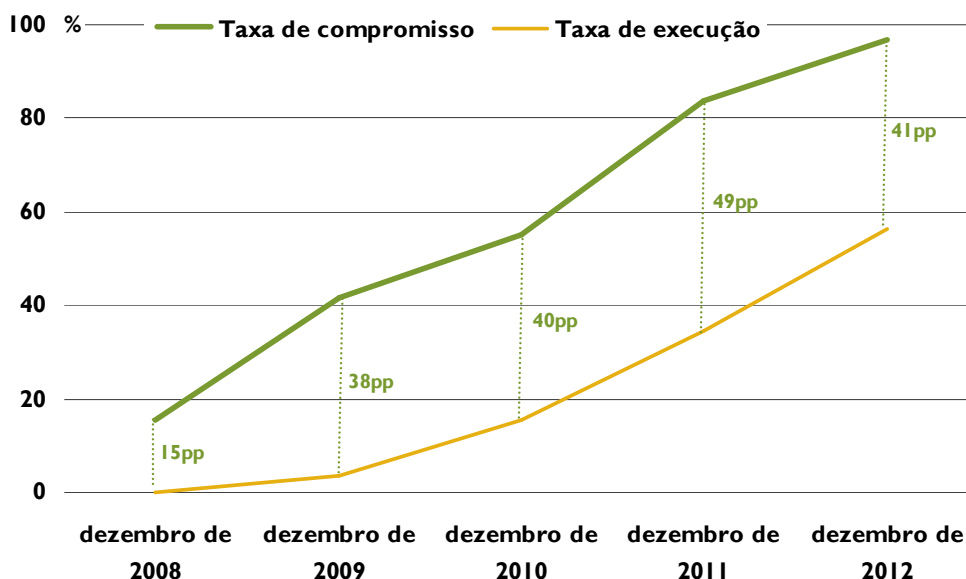
A taxa de execução do Mais Centro (relação entre o FEDER validado e o FEDER programado) encontrava-se assim acima da taxa média de execução dos vários PO regionais do Continente (51,6%) e muito próxima da taxa de execução global do QREN (56,9%). Este indicador aumentou a um ritmo muito elevado neste último ano, tendo aumentado 12,5 p.p. face ao final de junho e 21,7 p.p. face ao final de 2011 (Figura 6).

Figura 6. Taxa de execução do Mais Centro



Tal como ocorre em todos os PO, os níveis de compromisso do Mais Centro mantêm-se bastante acima dos níveis de execução (Figura 7). A 31 de dezembro de 2012, o diferencial era de 41 p.p., valor inferior ao de dezembro de 2011 mas superior aos dos restantes finais de ano. Estando acima do diferencial médio do QREN (35 p.p.), está em linha com o do total de FEDER do país e aquém do verificado em todos os outros PO regionais.

Figura 7. Evolução do diferencial entre a taxa de compromisso e a taxa de execução do Mais Centro

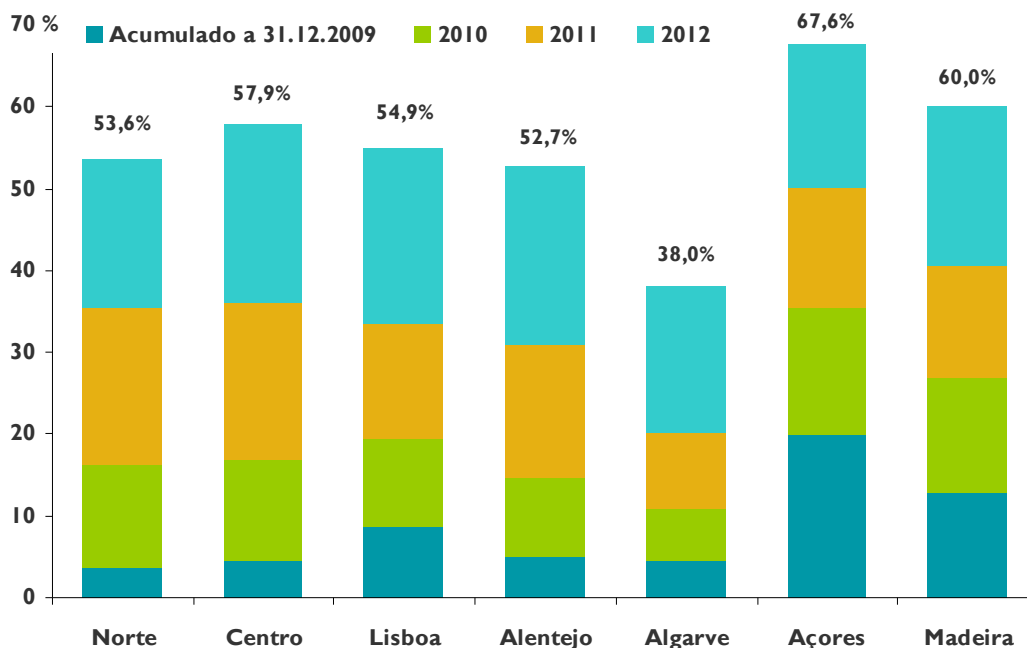


Também as taxas de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) e de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) no Mais Centro registavam, nesta data, os valores mais elevados entre as regiões do Continente (58,2% e 59,7%, respetivamente).

Os pagamentos aos beneficiários do Mais Centro, a título de reembolso ou adiantamentos, atingiam o montante de 981,9 milhões de euros (mais 221,8 milhões de euros do que em final de junho), o que se refletia no aumento da taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 52,6% para 59,7%.

Relativamente ao total da dotação de FEDER para cada PO regional, o Mais Centro foi o programa do Continente com maior valor relativo de pagamentos aos promotores de projetos regionais (Figura 8). Cerca de 58% do envelope financeiro do Mais Centro encontravam-se pagos no final de 2012. Nesta data, Portugal apresentava um rácio entre os pagamentos intermédios de FSE, FEDER e Fundo de Coesão e a dotação total de fundos de 52%, sendo a média europeia de 38%.

Figura 8. Rácio entre os pagamentos efetuados a beneficiários de FEDER nos PO regionais e o valor da dotação financeira para 2007-2013



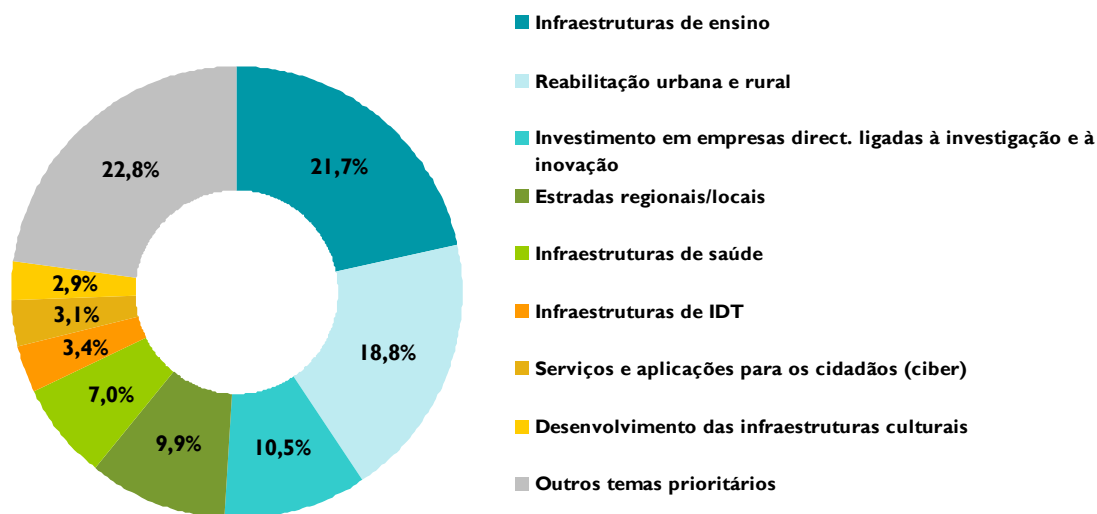
Investimentos no parque escolar e na reabilitação urbana e rural eram os que concentravam o maior valor de FEDER já executado no Mais Centro

A análise do fundo comunitário FEDER já realizado e validado no Mais Centro, repartido pelos temas prioritários tipificados pela Comissão Europeia, destacava de forma clara o investimento nas infraestruturas de ensino (ou seja, no parque escolar) e na reabilitação urbana e rural (Figura 9). No caso das infraestruturas de ensino, até à data, foram apoiados, em termos de construção ou requalificação, 214 estabelecimentos de ensino, dos quais 198 eram centros escolares e escolas do 1º ciclo do ensino básico e os restantes 16 eram escolas do 2º e 3º ciclos.

Com um peso no total de FEDER validado a rondar os 10%, destacavam-se também os projetos de investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e inovação e em estradas regionais e locais.

Os oito temas prioritários com maior peso no total de FEDER já executado (num total de 86 temas tipificados pela Comissão Europeia) concentravam 77,2% do total de fundo validado no Mais Centro, incluindo ainda investimentos em infraestruturas de saúde, culturais e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e em serviços e aplicações para os cidadãos.

Figura 9. Fundo executado no Mais Centro por tema prioritário



Fonte: Regulamento CE 1083/1828 que tipifica 86 temas prioritários.

(31 de dezembro de 2012)

Níveis mais elevados de execução verificam-se no Baixo Mondego e Baixo Vouga

No final de dezembro de 2012, as sub-regiões com maior valor de fundo comunitário aprovado no âmbito de projetos candidatados ao Mais Centro eram o Baixo Mondego e o Baixo Vouga, que concentravam 35,3% do total (Figura 10²). Em conjunto com Médio Tejo, Oeste e Pinhal Litoral, estas cinco sub-regiões referidas aprovavam uma parcela muito significativa do total de FEDER do Programa Regional até esta data (68%).

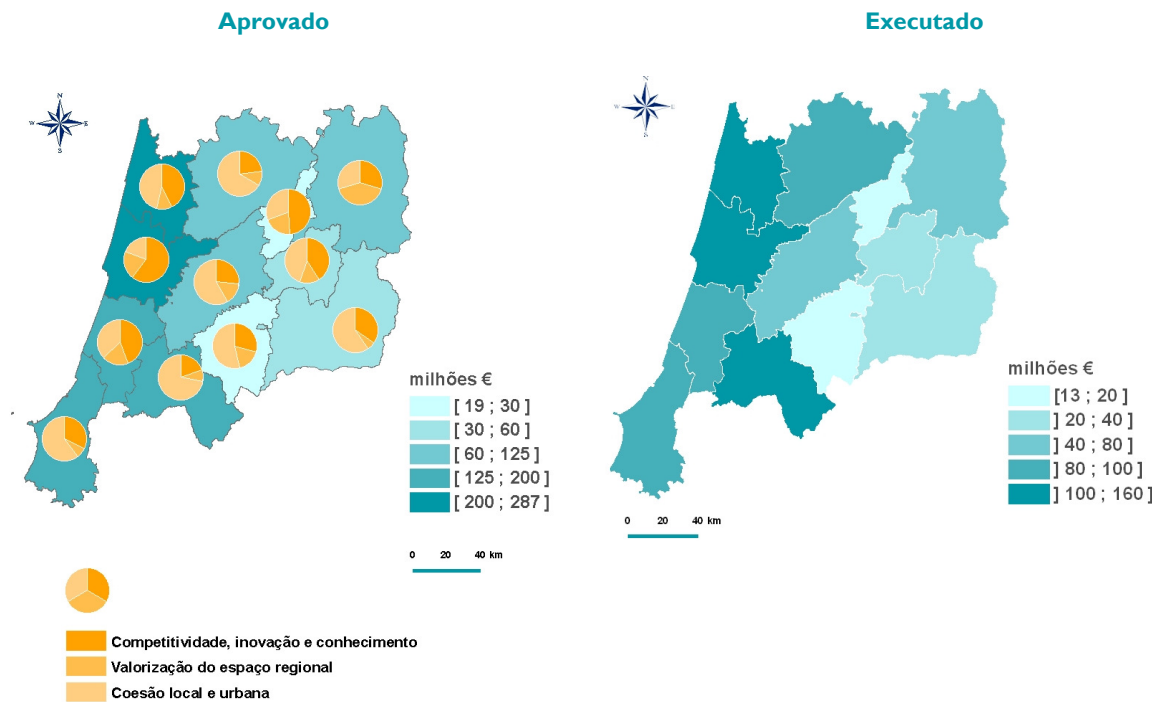
Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, observava-se uma maior concentração de aprovações nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Estes eixos eram os que registavam maior valor de FEDER atribuído às operações aprovadas em todas as sub-regiões da região Centro, com exceção da Beira Interior Norte em que a Valorização do espaço regional (eixo 2) tem assumido maior importância.

Em termos de execução, até ao final do ano de 2012, os maiores valores de despesa validada, observavam-se também no Baixo Mondego, no Baixo Vouga e no Médio Tejo com valores de despesa, em cada uma destas sub-regiões, acima dos 100 milhões de euros.

Entre os 80 e os 100 milhões de euros de despesa (fundo) já validada encontravam-se o conjunto dos projetos no Oeste, Pinhal Litoral e Dão-Lafões. O nível de execução da Beira Interior Norte era muito semelhante e rondava os 77 milhões de euros.

² As figuras 10 e 11 não contemplam os projetos aprovados no eixo respeitante a assistência técnica nem os projetos sem âmbito regional definido.

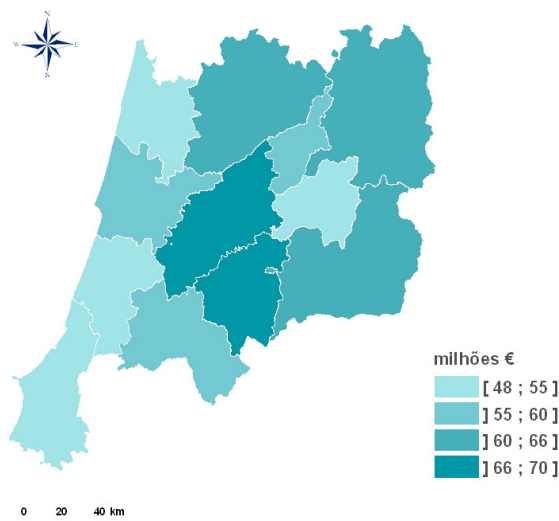
Figura 10. Fundo comunitário atribuído aos projetos no âmbito do Mais Centro



(31 de dezembro de 2012)

No que respeita à taxa de realização, ou seja, ao peso do fundo executado (avaliado pelo montante de despesa validada) no total de fundo comunitário aprovado, os maiores valores respeitavam a promotores com projetos nas sub-regiões Pinhal Interior Sul (69,5%) e Pinhal Interior Norte (68,3%). Com menor capacidade de execução, encontravam-se a Cova da Beira, o Baixo Vouga, o Oeste e o Pinhal Litoral, sendo que estas três últimas sub-regiões tinham um elevado valor de fundo aprovado (Figura 11).

Figura 11. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) no âmbito do Mais Centro



(31 de dezembro de 2012)

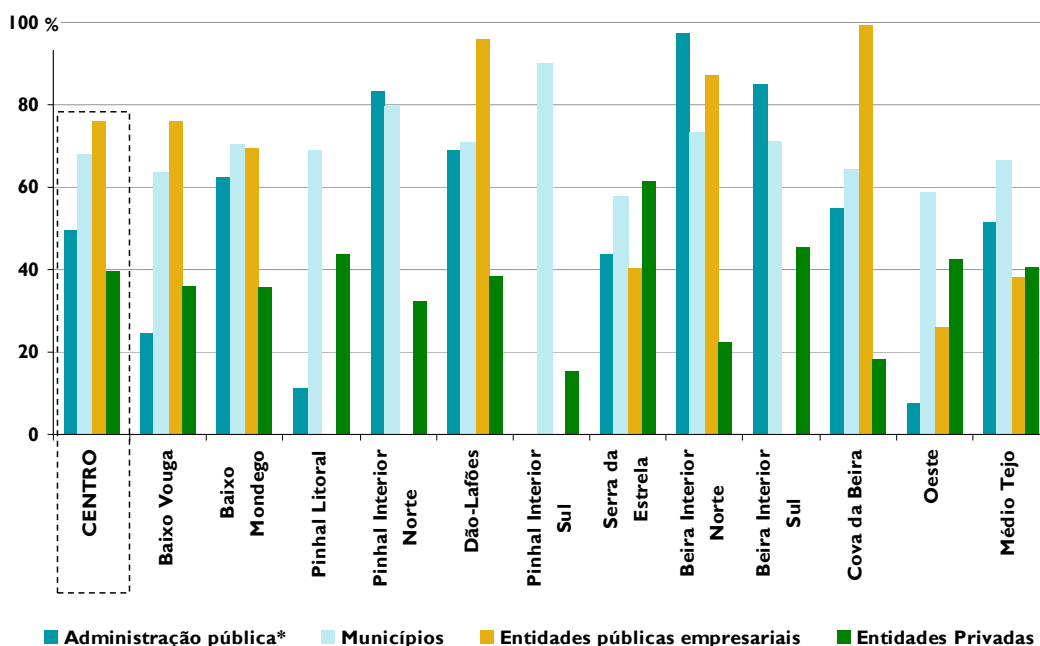
Empresas públicas são as entidades promotoras com maior realização na região

Analisando a capacidade de realização das entidades beneficiárias/promotoras³ na região Centro, à data de 31 de dezembro de 2012, verificava-se que o maior valor de taxa de realização era registado pelas entidades públicas empresariais e pelos municípios com 76% e com 68% (Figura 12).

O predomínio destas duas categorias de entidades beneficiárias era extensível a oito das doze NUTS III da região Centro, excetuando-se assim a Beira Interior Norte, a Beira Interior Sul, o Pinhal Interior Norte e a Serra da Estrela (nos três primeiros casos, a taxa de realização mais elevada respeitava à administração pública e no último caso a entidades privadas).

Os municípios eram as entidades que mais realizavam, face ao valor de fundo aprovado, nas sub-regiões Baixo Mondego, Médio Tejo, Oeste, Pinhal Interior Sul e Pinhal Litoral. Já as entidades públicas registavam maior taxa de realização no Baixo Vouga, Cova da Beira e Dão-Lafões.

Figura 12. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) dos projetos no âmbito do Mais Centro por entidade beneficiária/promotora



* Administração pública de administração direta e indireta e ensino superior.

(31 de dezembro de 2012)

³ As entidades públicas empresariais correspondem a empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo setor público, incluindo as empresas de âmbito municipal, intermunicipal ou regional (exemplos: hospitais e centros hospitalares (EPE); empresas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água; sociedades Polis). As entidades públicas empresariais aparecem individualizadas, apesar de serem de administração indireta do Estado. A entidade promotora municípios engloba os municípios, as juntas de freguesias, as associações de municípios ou ainda as comunidades intermunicipais. No caso da administração direta são essencialmente direções regionais ou serviços periféricos como as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), enquanto no caso da administração indireta se trata de universidades, hospitais públicos e institutos públicos.

2.2 Contratualização e Comunidades Intermunicipais (CIM)

Mais Centro aprova cerca de 565 milhões de euros de FEDER no âmbito da contratualização com as CIM

No âmbito das subvenções contratualizadas⁴ entre as Associações de Municípios (sob a forma de Comunidades Intermunicipais) e o Mais Centro, aprovaram-se até ao final de 2012 um total de 656 candidaturas, a que correspondia um investimento total previsto de 792,2 milhões de euros e um valor de FEDER de 564,7 milhões de euros (Quadro 7). O valor de FEDER aprovado no âmbito das CIM representava já cerca de 93% do total de FEDER contratualizado com estas Associações de Municípios para o período 2008-2013, tomando como referência os valores iniciais acrescidos dos reforços e dos valores de projetos de educação. Se, no entanto, for considerado o FEDER contratualizado para o período 2008-2011, ou seja, o novo valor da subvenção global à data de 31 de dezembro de 2011, o peso do FEDER aprovado sobe para 107,1%.

Relativamente à execução financeira destas subvenções contratualizadas, a despesa validada de FEDER era, em 31 de dezembro de 2012, de 430,6 milhões de euros, ou seja, mais 178,6 milhões de euros do que no final de 2011. A taxa de realização média das CIM (FEDER validado/FEDER aprovado) era de 76,2%, destacando-se, por um lado, a Beira Interior Sul com a taxa mais elevada e, por outro, a Serra da Estrela com a mais reduzida. A taxa de execução era de 70,7% face ao valor contratualizado para o período de 2008 a 2013.

Temática da Educação concentra 41% do valor de FEDER validado nos contratos com as CIM

No âmbito da contratualização com as CIM, o regulamento relativo à temática da Educação (requalificação do parque escolar) concentrava 41% quer do total de FEDER aprovado quer do FEDER validado até ao final de dezembro de 2012 (Quadro 8). De entre as CIM que contratualizaram a Educação, era de destacar o predomínio que este regulamento assumia em termos de FEDER nas CIM Médio Tejo/Pinhal Interior Sul e Oeste, em que o peso desta tipologia de investimentos atingia, em termos de aprovações, 54% e 68% do total aprovado na CIM.

Quanto à taxa de realização média das CIM da região Centro (FEDER validado/FEDER aprovado) evidenciavam-se níveis muito semelhantes de realização no regulamento Educação e no conjunto dos restantes. No entanto, apenas no caso das CIM do Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Pinhal Litoral, a execução dos restantes regulamentos era superior à dos investimentos no parque escolar.

Excluindo o regulamento Educação, observava-se que na maior parte das CIM (oito das dez), o maior valor de FEDER aprovado se destinava a investimentos em mobilidade territorial. Apenas no Baixo Vouga e no Pinhal Interior Norte havia maior valor aprovado em equipamentos para a coesão local (Quadro 9). Já no que respeita à execução, é apenas a CIM do Baixo Vouga que verifica níveis de despesa validada superiores nos investimentos em equipamentos para a coesão local, sendo que todas as restantes o registam na mobilidade territorial (Quadro 10).

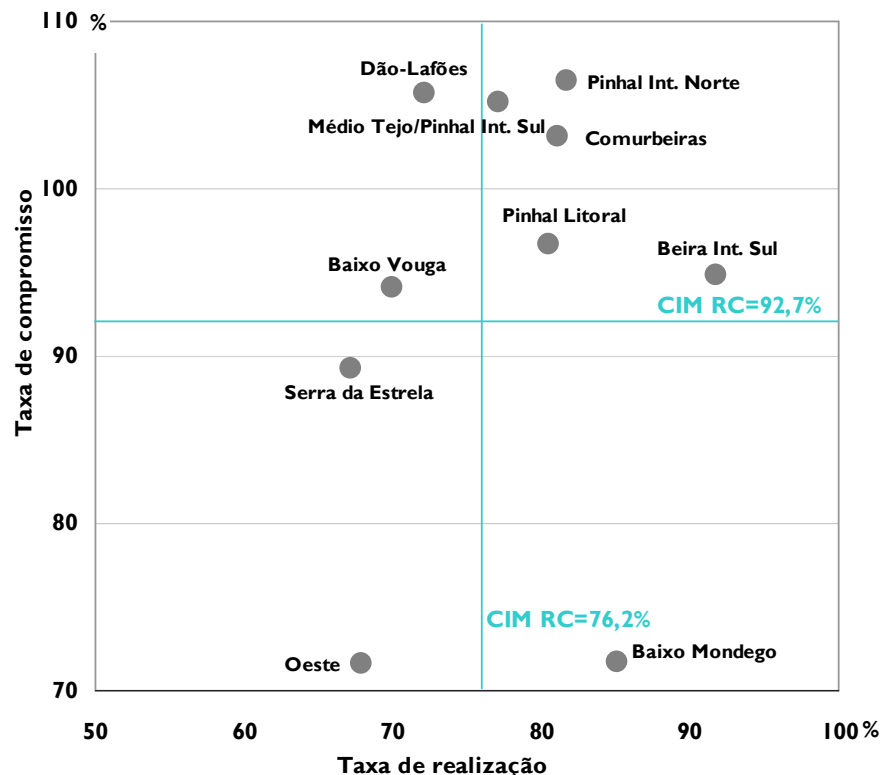
⁴ Importa sublinhar que, na região Centro, existem 12 NUTS III, mas apenas 11 CIM (a Comurbeiras abrange as NUTS III Beira Interior Norte e Cova da Beira) e 10 contratos de subvenção global pois existe um contrato conjunto para o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul. Por comodidade de linguagem, utiliza-se aqui a designação CIM para os contratos de subvenção global.

Beira Interior Sul apresentava a maior taxa de execução entre as CIM da região

Da análise comparativa das CIM da região Centro, em termos da taxa de realização (despesa executada no total de FEDER aprovado) e da taxa de compromisso (fundo aprovado no total de FEDER contratualizado para o período 2008-2013), destacavam-se quatro grupos de sub-regiões (Figura 13):

- a que registava simultaneamente uma taxa de compromisso (aprovação) e uma taxa de realização acima da média das CIM da região Centro, ou seja, em que os projetos aprovados, apesar de representarem já um elevado peso no total de fundo contratualizado, apresentavam também um montante de despesa validada em relação ao fundo aprovado superior à média regional: Beira Interior Sul, Comurbeiras, Médio Tejo/Pinhhal Interior Norte, Pinhal Interior Norte e Pinhal Litoral;
- contrastando com a situação anterior, as CIM que registavam uma taxa de realização baixa e, simultaneamente, reduzidas taxas de compromisso: Oeste e Serra da Estrela;
- a que tendo baixa taxa de compromisso conseguia executar os projetos que tinha aprovados: apenas o Baixo Mondego e
- as que tinham elevados montantes de fundo aprovado relativamente ao fundo que se encontrava contratualizado mas que apresentavam uma realização aquém da média regional: Baixo Vouga e Dão-Lafões. É de realçar que a CIM do Baixo Vouga era a que tinha maior valor de aprovações e também de despesa validada. No entanto, apresentava taxas de realização e de execução inferiores à média regional.

Figura 13. Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado) e taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo contratualizado) no âmbito das subvenções com as CIM



(31 de dezembro de 2012)

2.3 A política de apoio à inovação e ao reforço da competitividade regional no âmbito do QREN

A política de apoio à inovação e ao reforço da competitividade regional tem, no âmbito do QREN, enquadramento em diversos instrumentos. Neste ponto, entendeu-se, no entanto, dar um destaque especial a dois instrumentos que visam estimular os agentes económicos e promover as redes e os relacionamentos com o Sistema Científico e Tecnológico da região Centro:

- **Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base tecnológica (PCT) e**
- **Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (ICT).**

Os PCT são infraestruturas de acolhimento, apoio e valorização económico-social de atividades de ciência e tecnologia capazes de estimular relações institucionais entre empresas, unidades de I&D e instituições de ensino superior e de promover processos de transferência de tecnologia entre entidades do Sistema Científico e Tecnológico e o tecido produtivo. As ICT são infraestruturas que pretendem consolidar e qualificar a oferta de tecnologias, serviços e produtos de base tecnológica.

A existência destes instrumentos evidencia a importância conferida no Programa Operacional à criação de um sistema regional propiciador de desenvolvimento, de reforço da base competitiva e de inovação. Um Sistema Regional de Inovação compreende vários atores e só a partir das redes entre estes atores é possível criar valor. São as Universidades, os centros tecnológicos, as instituições ou centros de ligação entre empresas e Universidades, Incubadoras, etc. A inovação só é possível com um processo de cooperação entre os centros de conhecimento e as empresas para que a investigação e desenvolvimento produzida nestes centros seja apropriada e aplicada. Só desta forma se poderá falar de inovação e de alargamento da base competitiva das regiões com a consequente criação de novos serviços, novos produtos e novos processos.

Para este contexto, é fundamental a existência na região Centro de um Sistema Científico e Tecnológico (SCT) forte e estável, facilitador da ligação do conhecimento ao território, nomeadamente às empresas. O SCT pode dar assim um suporte ainda mais forte às atividades baseadas em conhecimento, que são hoje o fator decisivo do desenvolvimento económico e do aumento do bem estar e, ao mesmo tempo, que permite a revitalização tecnológica de atividades de natureza mais tradicional. No que respeita ao SCT regional, a região encontra-se relativamente bem dotada, dispondo de um número significativo de instituições de ensino superior associado a um conjunto diversificado de unidades de investigação e a instituições que promovem a inovação e a transferência de tecnologia para as empresas, como sejam os centros tecnológicos, incubadoras de empresas e uma rede de parques tecnológicos (que se encontram agora, com estes instrumentos do QREN, em fase de expansão). Por outro lado, as infraestruturas científicas e tecnológicas existentes na região abarcam variadas áreas de destaque da ciência e da tecnologia como a saúde e as ciências da vida, a biotecnologia, a informática ou as telecomunicações.

Para um aumento da competitividade regional e da inovação é pois determinante o contributo deste SCT regional enquanto estruturas de apoio às empresas da região e às suas atividades produtivas, sendo, contudo, essencial a existência de políticas públicas competentes nesta matéria. As políticas públicas surgem assim como um elemento facilitador da criação e de apoio

aos PCT e às ICT e como catalisadores potenciais do próprio sistema de inovação regional: os novos PCT como ponto de encontro de eleição para todos os intervenientes e as novas ICT como mais elementos propiciadores de desenvolvimento regional na área da I&D e da inovação.

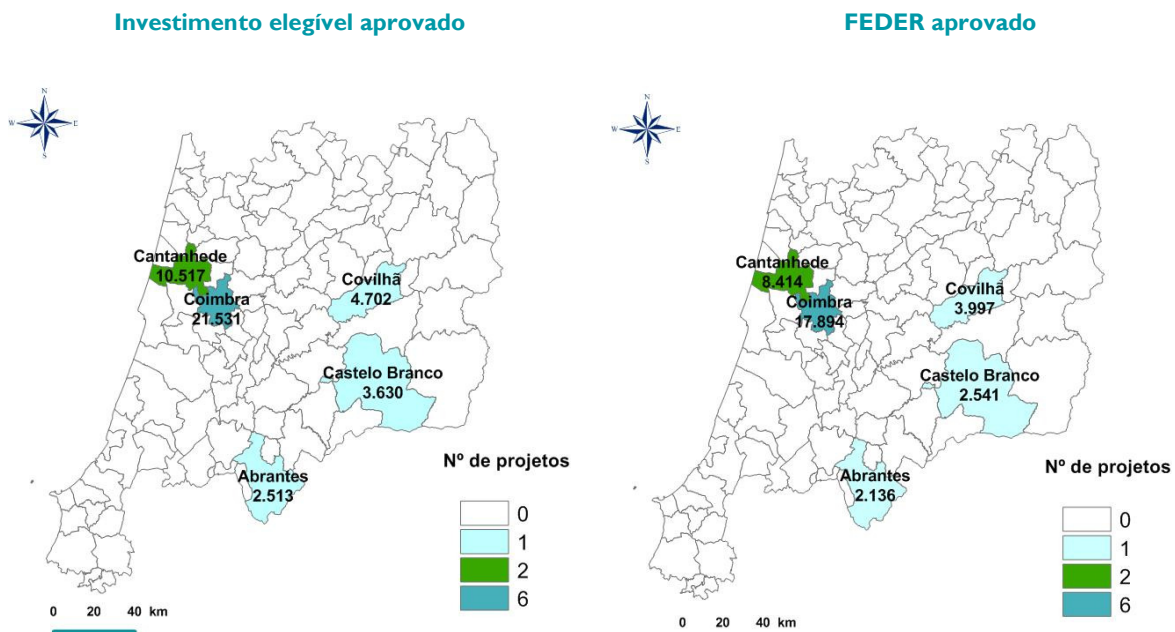
Aprovadas no Mais Centro 11 operações de Parques de Ciência e Tecnologia: 43,6 milhões de euros de investimento total e 35 milhões de euros de FEDER

No final de 2012, estavam aprovadas, no Mais Centro, 11 operações de apoio a parques de ciência e tecnologia e a incubadoras de empresas de base tecnológica de que são exemplo Biocant II e III, iParque, TecBIS – aceleradora de empresas, Tagusvalley - INOV.TECH, UBIMedical ou ainda o Centro de Empresas Inovadoras - CEI (Quadro 11).

Estas operações aprovadas envolviam um investimento total de 43,6 milhões de euros (42,9 milhões elegíveis para co-participação de FEDER), um valor de fundo FEDER aprovado de 35,0 milhões de euros e ainda 14,3 milhões de euros de FEDER já validado, resultando numa taxa de realização para estas operações aprovadas de 40,8%.

As operações aprovadas de PCT concentravam-se em cinco municípios da região Centro: Abrantes no Médio Tejo, Castelo Branco na Beira Interior Sul, Cantanhede e Coimbra no Baixo Mondego e Covilhã na Cova da Beira (Figura 14).

Figura 14. Parques de Ciência e Tecnologia (milhares de euros)

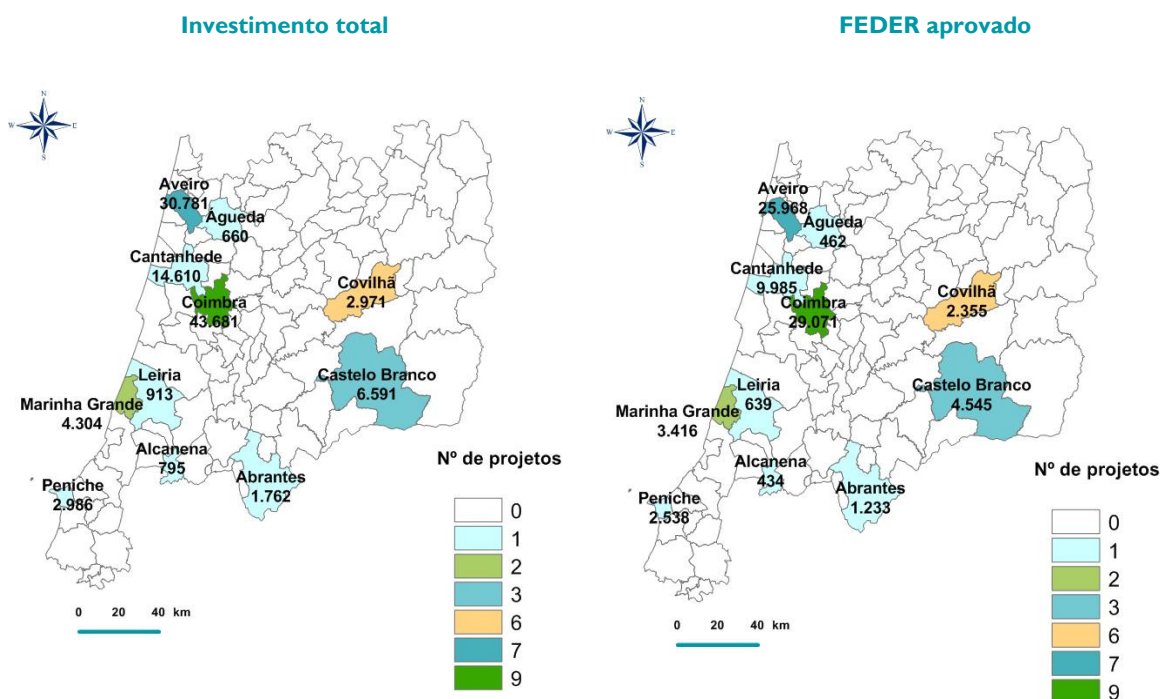


Aprovadas 34 operações de infraestruturas científicas e tecnológicas: 118,1 milhões de euros de investimento total e 86,1 milhões de euros de FEDER

As operações individuais de ICT aprovadas à data de 31 de dezembro de 2012 envolviam vários municípios (11) espalhados pela região Centro: Águeda e Aveiro no Baixo Vouga, Cantanhede e Coimbra no Baixo Mondego, Leiria e Marinha Grande no Pinhal Litoral, Covilhã na Cova da Beira, Castelo Branco na Beira Interior Sul, Abrantes e Alcanena no Médio Tejo e Peniche no Oeste (Figura 15).

A geografia dos investimentos em ICT demonstrava a dinâmica do SCT na região uma vez que se encontram localizados em municípios com forte presença e tradição de instituições deste sistema regional. Estes investimentos vêm agora permitir um crescimento mais sustentado e a consolidação de competências já existentes nos centros de conhecimento aí existentes.

Figura 15. Infraestruturas Científicas e Tecnológicas (milhares de euros)





ANEXOS

Quadro I. O QREN na Região Centro

(31 de dezembro de 2012)		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	14.897	3.298	9.400	1.923	276
	% do QREN (total) da região	100,0	22,1	63,1	12,9	1,9
Investimento (custo) total	milhões €	9.160	2.545	2.369	2.894	1.351
	% do QREN (total) da região	100,0	27,8	25,9	31,6	14,8
	% do total nacional	28,0	22,6	29,0	38,0	24,2
Investimento (custo) elegível	milhões €	8.193	2.147	2.369	2.464	1.212
	% do QREN (total) da região	100,0	26,2	28,9	30,1	14,8
	% do total nacional	27,9	21,9	29,0	37,5	25,7
Fundo comunitário	milhões €	5.439	1.646	1.698	1.132	964
	% do QREN (total) da região	100,0	30,3	31,2	20,8	17,7
	% do total nacional	27,5	23,5	29,2	36,4	25,5
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	60,7	58,2	71,3	52,9	55,6

Quadro 2. FEDER aprovado no âmbito do PO temático Fatores de Competitividade na região Centro

	FEDER aprovado		FEDER validado*	FEDER validado/ FEDER aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%		
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	655 559,0	42,8	385 609,0	58,82
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	106 277,4	41,1	46 819,1	44,05
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	102 892,1	30,3	45 514,5	44,24
Engenharia Financeira	94 262,8	33,3	47 594,6	50,49
Apoio a Ações Coletivas	76 691,6	42,3	34 991,4	45,63
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	60 895,2	28,6	20 533,7	33,72
Apoio à Modernização Administrativa	20 958,9	8,2	6 409,7	30,58
Assistência Técnica	13 971,1	32,5	10 640,5	76,16
TOTAL FATORES DE COMPETITIVIDADE	1 131 508,0	36,4	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2012)

Quadro 3. Fundos aprovados no âmbito do PO temático Valorização do Território na região Centro

	Fundos aprovados		Fundos validados*	Fundos validados/ Fundos aprovados*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	250 998,4	34,4	56 447,2	22,49
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	247 200,3	25,9	209 457,1	84,73
Redes e Equipamentos de Transportes	125 689,3	24,4	0,0	0,00
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	85 892,3	56,8	0,0	0,00
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano	69 081,2	44,7	33 529,4	48,54
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	43 311,9	54,2	38 149,3	88,08
Mobilidade Territorial	36 157,0	9,2	15 151,4	41,90
Combate à Erosão e Defesa Costeira	31 264,4	34,8	13 973,3	44,69
Prevenção e Gestão de Riscos	27 829,3	20,8	16 146,0	58,02
Recuperação do Passivo Ambiental	23 008,1	38,0	9 268,7	40,28
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	10 503,3	98,5	3 518,5	33,50
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	5 070,5	20,2	891,3	17,58
Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	4 544,2	55,9	748,2	16,46
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	3 022,0	7,8	1 700,5	56,27
TOTAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	963 572,2	25,5	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2012)

Quadro 4. Fundo Social Europeu aprovado no âmbito do PO temático Potencial Humano na região Centro

	Fundo aprovado		Fundo validado*	Fundo validado/ Fundo aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Cursos Profissionais	388 873,2	34,4	252 582,5	64,95
Cursos de Educação e Formação de Adultos	255 884,1	31,4	221 462,0	86,55
Formações Modulares Certificadas	176 402,6	29,7	91 659,3	51,96
Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior	161 129,4	40,2	130 472,7	80,97
Cursos de Educação Formação de Jovens	109 274,8	27,7	81 217,1	74,32
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	87 527,3	28,4	65 777,6	75,15
Programa Estágios Profissionais	74 475,8	39,2	61 372,0	82,41
Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	60 236,8	47,3	51 673,4	85,78
Programa de Formação Ação	60 184,6	35,5	38 818,3	64,50
Sistema de Aprendizagem	53 265,2	25,4	40 022,8	75,14
Cursos Básicos do Ensino Artístico e Especializado	34 530,5	37,4	17 961,9	52,02
Formação para a Inovação e Gestão	32 792,2	31,1	22 444,2	68,44
Promoção do Emprego Científico	25 431,0	37,3	16 710,2	65,71
Apoios ao Emprego	23 216,8	34,6	23 216,8	100,00
Cursos de Especialização Tecnológica	21 127,5	42,3	11 786,0	55,78
Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social	20 937,0	33,7	5 816,7	27,78
Formação para a Inclusão	16 717,8	40,2	15 972,3	95,54
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	14 739,7	9,4	7 174,2	48,67
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	9 414,8	21,0	2 684,0	28,51
Apoio à Inserção de Desempregados	9 101,9	30,7	5 639,9	61,96
Estágios Profissionais na Administração Pública Local	8 395,5	38,8	8 350,1	99,46
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	6 919,5	52,2	3 082,0	44,54
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	6 836,5	29,2	4 095,8	59,91
Reequipamento dos Estabelecimentos de Ensino	5 913,8	37,6	5 913,8	100,00
Qualificação dos Profissionais do Setor da Educação	5 456,8	34,3	5 456,8	100,00
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiência	5 340,7	48,9	3 890,8	72,85
Qualificação para os Profissionais da Saúde	4 182,2	38,0	2 669,6	63,83
Apoio Técnico e Financeiro às ONG	4 170,2	27,6	2 837,8	68,05
Qualificação – Emprego	4 062,6	29,1	0,0	0,00
Qualidade dos Serviços e Organizações	2 370,6	33,1	1 503,3	63,42
Planos para a Igualdade	2 191,4	35,9	910,0	41,53
Apoio a Consórcios Locais para a promoção da inclusão social de crianças e jovens	2 108,2	15,5	0,0	0,00
Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes	1 697,6	20,3	1 171,9	69,03
Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres	1 446,6	11,7	1 207,4	83,47
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes	807,5	19,1	588,9	72,94
Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros	533,5	21,7	506,4	94,92
Ações de Formação e Iniciativas de Sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos Imigrantes	160,7	6,5	117,9	73,38
TOTAL POTENCIAL HUMANO	1 697 857,1	29,2	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2012)

Quadro 5. Aprovações no Mais Centro

		dezembro2012	junho 2012	dezembro 2011	junho 2011
Aprovações					
Operações	n.º	3.298	2.928	2.760	2.456
Investimento (custo) total	milhões €	2.545,0	2.355,5	2.317,5	2.097,1
Investimento (custo) elegível	milhões €	2.147,5	1.978,3	1.997,2	1.778,6
Fundo comunitário	milhões €	1.645,6	1.444,8	1.428,3	1.237,9

Quadro 6. Execução financeira do Mais Centro

		dezembro 2012	junho 2012	dezembro 2011	junho 2011
Execução financeira					
Despesa validada					
Investimento (custo) elegível	milhões €	1 221,3	985,4	793,2	554,0
Fundo comunitário	milhões €	957,4	748,0	590,5	405,3
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	981,9	760,1	613,1	416,7
Indicadores financeiros					
Taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo programado)	%	97,0	84,9	83,9	72,7
Taxa de execução (fundo validado/fundo programado)	%	56,4	44,0	34,7	23,8
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	58,2	51,8	41,3	32,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários/fundo aprovado)	%	59,7	52,6	42,9	33,7
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários/fundo validado)	%	102,6	101,6	103,8	102,8

Quadro 7. Monitorização dos contratos com as Comunidades Intermunicipais no âmbito do Mais Centro

CIM	Aprovação				Execução			
	Candidaturas aprovadas (n.º)	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER aprovado/FEDER contratualizado (%)		FEDER validado (milhões €)	FEDER validado/FEDER aprovado (%)	FEDER validado/FEDER contratualizado (%)	
			2008-2011*	2008-2013**			2008-2011*	2008-2013**
			Baixo Mondego	63			56,3	113,9
Baixo Vouga	102	102,7	109,6	94,0	71,9	70,0	76,7	65,8
Beira Interior Sul	30	19,9	108,9	94,9	18,3	91,8	100,0	87,1
COMURBEIRAS	86	47,6	110,4	103,1	38,6	81,2	89,6	83,7
Dão-Lafões	102	77,7	110,6	105,7	56,0	72,1	79,8	76,2
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul	82	86,4	105,8	105,2	66,7	77,2	81,7	81,2
Oeste	49	63,0	93,5	71,6	42,8	67,9	63,4	48,6
Pinhal Interior Norte	61	53,3	108,0	106,4	43,5	81,7	88,2	86,9
Pinhal Litoral	61	45,5	107,4	96,7	36,6	80,5	86,5	77,8
Serra da Estrela	20	12,4	103,7	89,2	8,3	67,2	69,7	59,9
TOTAL	656	564,7	107,1	92,7	430,6	76,2	81,6	70,7

* Calculado com base no FEDER contratualizado para o período 2008-2011 que corresponde ao novo valor da subvenção global.

** Calculado com base no FEDER contratualizado para o período 2008-2013 que inclui os valores iniciais acrescidos dos reforços e dos valores de projetos de educação.

(31 de dezembro de 2012)

Quadro 8. Indicadores no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais: educação e outros regulamentos

CIM	Total		Educação			Outros Regulamentos		
	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER validado (milhões €)	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER validado (milhões €)	FEDER validado/FEDER aprovado (%)	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER validado (milhões €)	FEDER validado/FEDER aprovado (%)
Baixo Mondego	56,3	47,9	22,4	20,7	92,5	33,9	27,2	80,2
Baixo Vouga	102,7	71,9	50,1	32,6	65,1	52,6	39,3	74,7
Beira Interior Sul	19,9	18,3	5,1	4,9	95,7	14,8	13,4	90,5
COMURBEIRAS	47,6	38,6	6,2	5,9	94,7	41,3	32,7	79,1
Dão-Lafões	77,7	56,0	18,8	14,4	76,3	58,8	41,6	70,8
Médio Tejo/ Pinhal Int. Sul	86,4	66,7	46,8	36,7	78,4	39,6	30,0	75,7
Oeste	63,0	42,8	42,8	30,8	71,9	20,2	12,0	59,3
Pinhal Int. Norte	53,3	43,5	22,8	17,6	77,2	30,6	26,0	85,0
Pinhal Litoral	45,5	36,6	11,4	8,2	71,4	34,1	28,5	83,6
Serra da Estrela	12,4	8,3	5,1	4,8	94,4	7,3	3,5	47,9
TOTAL	564,7	430,6	231,5	176,4	76,2	333,2	254,2	76,3

(31 de dezembro de 2012)

Quadro 9. Fundo comunitário aprovado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Baixo Mondego	3,7	6,2	7,5	3,9	12,5	33,9
Baixo Vouga	11,1	15,0	11,4	9,8	5,3	52,6
Beira Interior Sul	2,1	3,0	7,1	2,7	0,0	14,8
COMURBEIRAS	2,0	7,2	21,1	6,5	4,5	41,3
Dão-Lafões	4,4	2,9	41,5	5,2	4,8	58,8
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul	1,7	5,0	15,1	7,5	10,4	39,6
Oeste	1,5	1,7	8,7	0,5	7,7	20,2
Pinhal Interior Norte	2,9	9,3	9,2	7,6	1,5	30,6
Pinhal Litoral	0,7	8,9	12,4	2,8	9,4	34,1
Serra da Estrela	0,9	0,4	2,2	1,2	2,6	7,3
TOTAL	31,1	59,5	136,2	47,7	58,7	333,2

(31 de dezembro de 2012)

Quadro 10. Fundo comunitário validado/executado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Baixo Mondego	2,1	5,5	6,1	3,8	9,7	27,2
Baixo Vouga	8,9	10,8	10,1	6,6	2,9	39,3
Beira Interior Sul	2,0	2,8	6,1	2,5	0,0	13,4
COMURBEIRAS	0,9	5,1	17,7	5,4	3,8	32,7
Dão-Lafões	1,1	2,4	31,8	2,9	3,3	41,6
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul	1,7	4,0	12,6	6,4	5,2	30,0
Oeste	1,3	1,0	3,1	0,5	6,1	12,0
Pinhal Interior Norte	2,8	7,0	8,6	6,4	1,2	26,0
Pinhal Litoral	0,2	6,3	11,0	2,6	8,4	28,5
Serra da Estrela	0,6	0,4	1,1	1,0	0,4	3,5
TOTAL	21,7	45,3	108,2	38,0	41,0	254,2

(31 de dezembro de 2012)

Quadro 11. Ponto de situação dos PCT e ICT

	n.º	Mais Centro	
		PCT	ICT
Operações aprovadas	n.º	8	34
Investimento total	milhões €	36,7	117,2
Investimento elegível	milhões €	36,2	107,6
FEDER aprovado	milhões €	28,9	81,1
FEDER validado	milhões €	9,9	11,3

(31 de dezembro de 2012)

SIGLAS E ABREVIATURAS

CIM	Comunidades Intermunicipais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
ICT	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PCT	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
PO	Programa Operacional
PO FC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PO PH	Programa Operacional Potencial Humano
PO VT	Programa Operacional Valorização do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SI	Sistemas de Incentivos
SCT	Sistema Científico e Tecnológico

CONTACTOS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra

Telefone 239 400 100

observatoriocentro@ccdr.pt

Para informações sobre a situação económica da região Centro, consultar o “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” em www.ccdrc.pt/boletim. Para obter a informação conjuntural, consultar <http://datacentro.ccdrc.pt>.

Co-financiamento:

